



**MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## **RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA**

---

**Município de Moura**



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

---

# Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria - Anual -

---

## Município de Moura

---

Marinha Grande, 18 de abril de 2018

---





## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PROCEDIMENTOS EFETUADOS .....	3
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3.1	Balanço.....	6
3.2	Notas ao Balanço .....	8
3.3	Demonstração de Resultados .....	24
3.4	Notas à Demonstração de Resultados .....	25
4.	ENDIVIDAMENTO.....	34
5.	CONTROLO ORÇAMENTAL.....	35
6.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	44
7.	CONTROLO INTERNO .....	45
8.	FACTOS SUBSEQUENTES.....	47
9.	RELATÓRIO DE GESTÃO .....	47
10.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	47
11.	CONCLUSÕES .....	48
11.1	Reservas .....	48
11.2	Ênfases .....	48
11.3	Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações) .....	48
12.	AGRADECIMENTOS .....	51





## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2º do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE MOURA**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 18 de abril de 2018.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

## 2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2017, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos deferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do immobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
  - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
  - Transferências e subsídios correntes;
  - Custos com Pessoal;
  - Outros custos operacionais;
  - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
  - Ajustamentos para riscos e encargos;
  - Custos Financeiros;
  - Custos Extraordinários;
  - Vendas e Prestações de Serviços;
  - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;





b)

- Proveitos e Ganhos Financeiros;
  - Proveitos e Ganhos Extraordinários;
- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como a situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Imobilizado</b>				
Bens do Domínio Público	44 011 243	37 791 456	-6 219 787	-14,1%
Imobilizações Incorpóreas	231 606	285 380	53 774	23,2%
Imobilizações Corpóreas	44 830 858	44 767 555	-63 303	-0,1%
Investimentos Financeiros	44 831 244	44 688 771	-142 473	-0,3%
Total	<b>133 904 952</b>	<b>127 533 163</b>	<b>-6 371 789</b>	<b>-4,8%</b>
<b>Circulante</b>				
Existências	378 085	325 205	-52 880	-14,0%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	15 647	13 797	-1 850	-11,8%
Clientes c/c	130 998	175 062	44 063	33,6%
Contribuintes c/c	28 315	3 614	-24 702	-87,2%
Utentes c/c	2 612	36 348	33 736	1291,4%
Clientes cob. Duvidosa	224 942	125 919	-99 023	-44,0%
Estado e O. Entes Públicos	235 080	246 679	11 598	4,9%
Outros Devedores	349 493	316 597	-32 896	-9,4%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	1 323 735	162 623	-1 161 112	-87,7%
Caixa	1 636	2 133	497	30,4%
Total	<b>2 690 545</b>	<b>1 407 977</b>	<b>-1 282 568</b>	<b>-47,7%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Proveitos	430 173	1 087 648	657 475	152,8%
Custos Diferidos	28 196	28 489	293	1,0%
Total	<b>458 368</b>	<b>1 116 137</b>	<b>657 769</b>	<b>143,5%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>137 053 865</b>	<b>130 057 277</b>	<b>-6 996 588</b>	<b>-5,1%</b>



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISÕES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	198 175 839	198 179 839	4 000	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	2 367 789	2 245 708	-122 080	-5,2%
Subsídios	446 915	446 915	0	0,0%
Doações	290 227	290 227	0	0,0%
Resultados Transitados	-81 068 721	-86 567 772	-5 499 051	6,8%
Resultado Líquido do Exercício	-5 345 126	-5 055 629	289 497	-5,4%
Total	<b>114 866 923</b>	<b>109 539 289</b>	<b>-5 327 634</b>	<b>-4,6%</b>
<b>Passivo</b>				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	48 236	48 236	0	0,0%
Dívidas a Inst. Financeiras	5 556 617	4 397 736	-1 158 881	-20,9%
Fornecedores c/c	507 027	1 128 497	621 470	122,6%
FAM	428 385	321 288	-107 097	-25,0%
Total	<b>6 540 265</b>	<b>5 895 756</b>	<b>-644 509</b>	<b>-9,9%</b>
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	532 416	758 931	226 516	42,5%
Adiantamentos por conta de Vendas	5 000	5 000	0	0,0%
Fornecedores c/c	1 067 371	743 217	-324 153	-30,4%
Fornecedores - Fat. em receção e conferência	63 992	40 000	-23 992	-37,5%
Clientes e utentes c/ Cauções	3 075	4 750	1 675	54,5%
Fornecedores Imobilizado c/c	121 887	200 992	79 104	64,9%
Estado e O. Entes Públicos	116 591	93 894	-22 697	-19,5%
Outros Credores	289 241	63 181	-226 060	-78,2%
FAM	107 097	107 097	0	0,0%
Total	<b>2 306 669</b>	<b>2 017 061</b>	<b>-289 608</b>	<b>-12,6%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Custos	1 136 965	1 178 659	41 694	3,7%
Proveitos Diferidos	12 203 044	11 426 512	-776 532	-6,4%
Total	<b>13 340 009</b>	<b>12 605 171</b>	<b>-734 838</b>	<b>-5,5%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>22 186 943</b>	<b>20 517 988</b>	<b>-1 668 955</b>	<b>-7,5%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>137 053 865</b>	<b>130 057 277</b>	<b>-6 996 588</b>	<b>-5,1%</b>





### 3.2 Notas ao Balanço

#### I- ATIVO

##### 3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2017, por comparação com o ano de 2016:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	44 011 243	37 791 456	-6 219 787	-14,13%
Imobilizações Incorpóreas	231 606	285 380	53 774	23,22%
Imobilizações Corpóreas	44 830 858	44 767 555	-63 303	-0,14%
Investimentos Financeiros	44 831 244	44 688 771	-142 473	-0,32%
<b>Totais</b>	<b>133 904 952</b>	<b>127 533 163</b>	<b>-6 371 789</b>	<b>-4,76%</b>

- b) Verificámos relativamente aos movimentos do ano:
1. Cerca de 77% dos movimentos do Imobilizado Corpóreo,
  2. Cerca de 57% do movimento do ano referente a Imobilizações Incorpóreas,
  3. Cerca de 52% do movimento do ano relativo a bens do domínio público.
- c) Das nossas análises verificámos relativamente ao Imobilizado Corpóreo e aos Bens de Domínio Público que:
1. As taxas específicas aplicadas no cálculo das amortizações utilizadas pelo Município devem ser justificadas no Anexo.
  2. Mantém-se a necessidade de rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate e deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
  3. Existem divergências entre os mapas de amortizações e o saldo da contabilidade. O imobilizado bruto é inferior em 140.524€, amortizações do exercício inferiores em 209.206€ e amortizações acumuladas inferiores em 147.530€. O saldo da contabilidade está correto, deve ser analisada e corrigida esta divergência em 2018.
  4. Existem bens nos mapas de amortizações, adquiridos em 2017, que não foram amortizados. Deve ser referido no anexo o motivo para a sua não amortização tendo em conta o definido no CIBE no que às amortizações por duodécimos diz respeito.





5. O imobilizado em curso referente aos projetos iluminação (pátio dos rolins e muralhas modernas de moura) deve ser analisado em 2018 por forma a aferir se o imobilizado corpóreo a que diz respeito não foi já reconhecido como firme.
6. De acordo com o referido na nota 2.8 do Anexo o saldo da conta 4821, no montante de 1.129€ (valor irrelevante), vai ser regularizado em 2018, por se tratar de lapso.

d) Relativamente ao Imobilizado Financeiro:

- 1) Com base na informação disponível à data do encerramento de contas, foi aplicado o MEP às participações das:
  - i. Lógica (-158.909€),
  - ii. Contenda (-15.263€),
  - iii. COIMOPREL (+20.625€), e
  - iv. Resialentejo (+109.101€).
- 2) Nenhuma das entidades participadas reúne qualquer das condições enumeradas no artigo 62º da Lei 50/2012, que conduziria à sua dissolução ou alienação. No entanto a participada Contenda regista pelo segundo ano consecutivo o não cumprimento da regra relativa ao rácio das vendas sobre os gastos totais, se em 2018 voltar a não cumprir a regra fica automaticamente no âmbito do artigo 62º da Lei 50/2012.
- 3) Releva para a dívida do Município:
  1. O passivo das empresas locais e participadas que apresentem contas anuais desequilibradas (alínea c) do nº 1 do artigo 54º da Lei 73/2013), e
  2. As dívidas das cooperativas na proporção da participação do Município se apresentarem resultados negativos.

Assim, por força das participadas, relevam para a dívida do Município cerca de 180.000€. A participada COMOIPREL apresentou contas equilibradas, pelo que não releva para a dívida.

- 4) O valor da participação no Fundo de Apoio Municipal será reduzido em 2018, em 428.385€, por força da Lei do Orçamento de Estado para 2018. Esta redução terá como contrapartida uma redução do passivo no mesmo valor.

e) Relativamente aos bens do domínio Público:

- A adoção em 2002 do POCAL levou a que o Município procedesse à identificação e valorização dos seus ativos e passivos. Porque não foi possível inventariar todos





os bens de domínio público ao tempo existente, e apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos pelo Município para que todos os bens possam vir a estar inventariados, com destaque para a rede em baixa concessionada à EDP, o facto é que até à data tal ainda se não verifica. Nesta conformidade, o Património e o Balanço estão afectados negativamente por não estarem ainda totalmente inventariados diversos bens arruamentos e benfeitorias. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, nem as respetivas amortizações a eles associadas, não nos foi possível quantificar o valor líquido de tais bens.

### 3.2.2 Circulante

#### 3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

Sub - Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Materiais diversos	315 088	331 889	16 801	5,33%
Consumos para Máquinas e Viaturas	62 997	75 686	12 688	20,14%
Provisões depreciação de existências	0	-82 370	-82 370	-
<b>Total</b>	<b>378 085</b>	<b>325 205</b>	<b>-52 880</b>	<b>-13,99%</b>

- c) De acordo com nota 2.20 do Anexo, foi constituída provisão, no valor de 82.370€, para itens sem rotação, com a qual concordamos.
- d) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- e) Validamos o saldo da conta.

#### 3.2.2.2 - Empréstimos Concedidos

- a) Refere-se a empréstimos concedidos ao abrigo de parcerias com o BES para apoio às microempresas:





Titulares	Saldos em		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Paulo Bernardo Brai Teodoro V. Ruivo	750	0	-750	-100,00%
Carlos Manuel Ramos Pinto	1 455	1 455	0	0,00%
Maria Alexandra Ferreira Torrado	3 394	2 794	-600	-17,68%
Luís Miguel Simão Infante	7 499	7 499	0	0,00%
Manuel Estevão Marques Martins	2 549	2 049	-500	-19,62%
<b>Total em dívida</b>	<b>15 647</b>	<b>13 797</b>	<b>-1 850</b>	<b>-11,82%</b>

- b) Deve ser analisada em 2018 a sua recuperabilidade e necessidade ou não de criar provisão.
- c) Pela irrelevância do saldo e apesar de b) validámos os saldos apresentados.

### 3.2.2.3 - Clientes c/c, Contribuintes c/c e Utentes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 340.943€, referente a:

	Saldos em €		
	31/12/2016	31/12/2017	Variação €
Clientes c/c	130 998	175 062	44 063
Contribuintes c/c	28 315	3 614	-24 702
Utentes c/c	2 612	36 348	33 736
<b>Total</b>	<b>161 926</b>	<b>215 024</b>	<b>53 098</b>
Cobrança Duvidosa	614 058	449 178	-164 880
Provisões para cobranças duvidosas	-389 116	-323 259	65 858
<b>Total</b>	<b>224 942</b>	<b>125 919</b>	<b>-99 023</b>
<b>Total</b>	<b>386 868</b>	<b>340 943</b>	<b>-45 925</b>

- b) As provisões foram constituídas tendo por base o critério definido pelo POCAL. O saldo de clientes de cobrança duvidosa não provisionado é de 125.919€.
- c) Na gestão de dívidas de clientes relativos ao fornecimento de água aconselha-se atenção o prazo definido para prescrição da dívida.

### 3.2.2.4 - Clientes Cobranças Duvidosas

A conta é representada no quadro acima, que validámos.



### **3.2.2.5 - Estado e O. Entes Públicos**

- a) Trata-se de saldos de IVA a recuperar, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IVA	235 080	246 679	11 598	4,93%
<b>Total</b>	<b>235 080</b>	<b>246 679</b>	<b>11 598</b>	<b>4,93%</b>

- b) Deve ser instituído um procedimento geral para uniformizar a dedução do IVA nas aquisições de bens e prestações de serviços. Existem aquisições idênticas com tratamento diferente em termos de dedução de IVA.
- c) Porque a nota descrita em b) é de todo irrelevante, validámos o saldo da conta.

### **3.2.2.6 - Outros Devedores**

- a) A conta apresenta um saldo de 316.597€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Devedores Diversos	349 493	316 597	-32 896	-9,41%
<b>Total</b>	<b>349 493</b>	<b>316 597</b>	<b>-32 896</b>	<b>-9,41%</b>

- d) Os saldos de 2017 compreendem:

FEDER	153.366€;
Devedores por alienação do Imobilizado	5.000€;
Outros devedores	137.150€.

- e) No conjunto com a conta de outros Credores, circularizámos 87% do saldo (32 entidades).
- f) Em 2018 deve ser analisada a divergência com a Junta de Freguesia da Amareleja e da necessidade ou não de constituição de provisão, o montante da contestação é de cerca de 160 000€.
- g) Devem também ser analisadas as diferenças de conciliação com os terceiros Cimbal e a EB Integrada da Amareleja, por forma a acertar os saldos.
- h) O saldo da conta 2688 deve ser analisado em 2018 para aferir da sua recuperabilidade.





- i) Os saldos de adiantamento por conta de vendas e de devedores por alienação de imobilizado devem ser regularizados.
- j) Face à irrelevância de f), g), h) e i), validámos o saldo da conta.

### 3.2.3 Disponibilidades

#### 3.2.3.1 – Caixa

- a) O saldo de caixa é de 2.133€.
- b) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros, pelo que validamos o saldo da conta.

#### 3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
Caixa Geral De Depósitos, S.A.	
Conta nº 003505190000031943074	60 358
Conta nº 003505190000852983084	90 165
Conta nº 003505190001644653046	2 756
Conta nº 003505190002067103081	154
Caixa Central - Caixa Central De Crédito Agrícola	
Conta nº 004562504005613950740	1 565
Conta nº 004562504020209009665 IEFP-FSE	681
Conta nº 004562504022079040849	110
Millenium BCP	
Conta nº 003300000010523811405	977
Banco BPI, SA	
Conta nº 001000002221963010141	1 207
Banco Santander Totta, SA	
Conta nº 001800000718399300140	916
Conta nº 001800032505292902020	78
Novo Banco, S.A.	
Conta nº 000702130007892000542	300
Conta nº 000702130021516000712	3 093





Conta nº 000700000022579553423	263
Conta nº 000702130007892000542	0
<b>Total</b>	<b>162 623</b>

- b) Testamos todas reconciliações de dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) As reconciliações bancárias devem indicar a pessoa responsável pela sua elaboração e devem ser realizadas em documento próprio.
- d) Validámos os saldos da conta.

### 3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

#### 3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por o serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2017 tiveram uma variação positiva de 657.475€ (152,84%), conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Juros a receber	1 749	0	-1 749	-100,00%
AP Contrato Água em alta	92 930	0	-92 930	-100,00%
Outros acréscimos de proveitos	335 493	1 087 648	752 155	224,19%
<b>Total</b>	<b>430 173</b>	<b>1 087 648</b>	<b>657 475</b>	<b>152,84%</b>

- c) Os outros acréscimos de proveitos incluem-se:
  - a. Impostos diretos 965.683€
  - b. Águas Saneamento e Resíduos 121.965€
- d) Foi acrescido o IMI a cobrar em 2018 referente a 2017 no valor de 695.800€, de acordo com nota 1.6 do Anexo. No entanto o IMI cobrado em 2017 deveria ter transitado para a conta 59, uma vez que diz respeito ao exercício de 2016.
- e) Trata-se de uma área onde estão implementados bons procedimentos.





- f) Verificámos os valores estimados para acréscimos de proveitos registados pelo Município, que validámos, por a nota referida em d) não afetar o balanço.

#### ***3.2.4.2 - Custos Diferidos***

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2017 a 28.489€, conforme quadro:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Outros custos diferidos	28 196	28 489	293	1,04%
<b>Total</b>	<b>28 196</b>	<b>28 489</b>	<b>293</b>	<b>1,04%</b>

- c) Validámos o saldo da conta.





## II- PASSIVO

### 3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

#### 3.2.5.1 - Provisões para Outros Riscos e Encargos

- a) Trata-se de provisões para processos judiciais em curso, que se situam, conforme referido na nota 2.27 do ABDR nos 48.236 €.
- b) De acordo com informação do advogado do Município não foram reconhecidos novos ajustamentos (positivos ou negativos) nas provisões para processos judiciais.
- c) Validámos os saldos da conta.

#### 3.2.5.2- Dívidas a Instituições Financeiras

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 5.156.667€ (inclui Curto e ML Prazo), através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2017, e o seu comparativo com o final do ano de 2016 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Ref <sup>a</sup>	Valor em €		Variação	
		31/12/2016	31/12/2017	€	%
<b>Não Excecionados</b>					
CGD	CGD/022/587/0019	26 533	0	-26 533	-100,0%
CGD	CGD/026/887/0019	122 802	54 578	-68 223	-55,6%
CGD	CGD/321/087/0019	318 262	238 582	-79 680	-25,0%
CCAM	CCAMGI/58006885255	192 412	109 950	-82 462	-42,9%
CCAM	CCAMGI - Const. 47 Fogos	422 490	324 992	-97 498	-23,1%
BES	BES - 0770018313	751 115	632 518	-118 597	-15,8%
BPI	Emp. n.º 2221963,035,001	469 457	370 109	-99 349	-21,2%
BPI	Emp. n.º 222196383003	1 433 824	1 318 236	-115 588	-8,1%
Santander	Santander 0032.00495295140	142 521	122 921	-19 600	-13,8%
Santander	Santander 0032.00495295160	696 152	342 615	-353 538	-50,8%
Santander	Santander 0032.00495396090	0	105 000	105 000	-
Santander	Santander 0032.00495396060	150 000	124 187	-25 813	-17,2%
<b>Excecionados</b>					
CGD	CGD 023/387/0019	31 998	26 661	-5 337	-16,7%
CCAM	59 028 977 828	188 025	131 617	-56 408	-30,0%
IFD Regional	REDE ÁGUAS-FEDER-000642	566 631	470 425	-96 206	-17,0%
IFD Regional	REAB URB CENTRO HISTÓRICO	44 395	25 344	-19 051	-42,9%
<b>Médio e Longo Prazo</b>		<b>5 556 617</b>	<b>4 397 736</b>	<b>-1 158 881</b>	<b>-20,9%</b>
<b>Curto Prazo</b>		<b>532 416</b>	<b>758 931</b>	<b>226 516</b>	<b>42,5%</b>
<b>Total (Curto e ML Prazo)</b>		<b>6 089 033</b>	<b>5 156 667</b>	<b>-932 366</b>	<b>-15,3%</b>





- c) No quadro, o valor apresentado inclui o passivo de curto prazo estimado em 758.931€ e o de Médio e Longo Prazo 4.397.736€.
- d) Da análise do quadro verifica-se que o Passivo bancário, diminuiu cerca de 15% (932.366€).
- e) O acréscimo de juros a liquidar em 2018 está subavaliado em 7.570€
- f) Dada a imaterialidade do apontado em e), validámos os saldos da conta.

### 3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

#### 3.2.6.1 - Cauções

- a) Trata-se de cauções no valor de 4.750€ para Clientes, Contribuintes e Utentes, que validámos.
- b) Estes saldos de garantias e cauções devem ser analisados em 2018 por forma a verificar da sua razoabilidade.

#### 3.2.6.2 - Fornecedores

- a) O saldo respeita a:

Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Fornecedores c/c				
Curto Prazo	1 067 371	743 217	-324 153	-30,37%
Médio Longo Prazo	507 027	0	-507 027	-100,00%
Fornecedores c/c/ Acordo - águas	0	1 128 497	1 128 497	-
Forn. Fat. Receção e Conf.	63 992	40 000	-23 992	-37,49%
<b>Total</b>	<b>1 638 390</b>	<b>1 911 714</b>	<b>273 324</b>	<b>16,68%</b>

- b) Circularizámos a 31/12/2017, saldos, que correspondiam a 93% dos existentes (21 entidades).
- c) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, constatámos que existem diferenças (Resialentejo, Prosegur e MIU), que devem ser verificadas no decorrer de 2018.
- d) O saldo de faturas em recepção e conferência deve ser analisado em 2018 por forma a que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente.





Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.

- e) Existem pagamentos em atraso. No entanto, verificou-se uma redução de 47% relativamente ao saldo que existia em setembro de 2016, sendo o seu valor em 31/12/2017 de 70.987€.
- f) Validámos o saldo da conta.

#### **3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos**

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 93.894€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IRS	36 181	34 145	-2 036	-5,63%
Restantes Impostos	486	612	126	25,92%
Segurança Social	79 923	59 136	-20 788	-26,01%
<b>Total</b>	<b>116 591</b>	<b>93 894</b>	<b>-22 697</b>	<b>-19,47%</b>

- b) Foram solicitadas certidões e confirmada a situação de não existência de saldos em dívida.
- c) Quanto ao saldo da Segurança Social, mensalmente é reconhecido um valor superior correspondente à parte do trabalhador. Deste modo o gasto de encargos com a segurança social está sobreavaliado em cerca de 75.000€.
- d) Os valores das diferentes rúbricas que compõem o saldo passivo da conta Estado foram analisados e validados, face à irrelevância do mencionado em c).

#### **3.2.6.4 - Fornecedores de Imobilizado**

- a) O saldo é de 200.992€, conforme consta no quadro abaixo:

Fornecedores de Imobilizado c/c	Valor
Telerádio	30
Isidro Matamouros Gaspar	1 230
Francisco Póvoa & Helena, Lda.	465
Auto Geral De Moura	6 595
Astel Comércio de Peças e Acessórios para Veículos	1 873
DATINFOR-Informática, Serviços e Estudos, S.A.	0
Areal Editores, S.A.	38 276





Arsénio António Félix Ramos	650
Basrio - Metalomecânica e E. Rodoviários SA	2 443
GE Consumer Finance, IFIC - Inst. Financ. Crédito,	563
Color Foto de Barreiros da Silva Lda	169
HDDPRO40 LDA	1 306
S.N.S.V. - Sociedade Nacional Sinalização Vertical	336
João M. Alves Rosa - Soc. Unip, Lda	1 668
João Giga - Serviços de Engenharia Unipessoal, Lda	738
P. M. Matos-Comércio de Ferragens e Ferramentas, L	938
Certoma	1 101
Luis Filipe Moita & João Pedro Gonçalves, Lda	4 760
João António Cardão Pinto	485
Movixira -Mobiliário de Escritório, Lda	228
RAIG - Construções,Lda	2 809
Planuber-Unipessoal, Lda	1 408
Freiplana - Empreiteiros de Obras Públicas, Lda	110 530
Casa Palma de Maria Nobre dos Santos Palma - Cabeça de casal	1 950
MOURHIGOR, Lda	5 267
Archeofactu - Arqueologia e Arte, Lda	11 034
Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda.	1 618
RML Informática - Rui Miguel Lucas	2 523
<b>Total</b>	<b>200 992</b>

- b) Circularizámos saldos e conciliámos com outras fontes de informação interna.
- c) No conjunto das contas de Outros Devedores e Credores, onde estes saldos se incluem, circularizámos 87% do saldo da conta 32 no seu conjunto.
- d) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.6.5 - Outros Credores

- a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Sindicatos	510	533	24	4,63%
Credores Diversos	288 731	62 647	-226 083	-78,30%
<b>Total</b>	<b>289 241</b>	<b>63 181</b>	<b>-226 060</b>	<b>-78,16%</b>

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Adiantamentos por conta de vendas	5 000	5 000	0	0,00%





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Fundo Apoio Municipal - CP	107 097	107 097	0	0,00%
Fundo Apoio Municipal - MLP	428 385	321 288	-107 097	-25,00%
<b>Total</b>	<b>535 482</b>	<b>428 385</b>	<b>-107 097</b>	<b>-20,00%</b>

- b) Circularizámos 87% dos saldos conjuntos da conta 26, e conciliamos com outras fontes de informação interna.
- c) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

#### 3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	851 943	881 480	29 537	3,47%
Outros acréscimos de custos	285 022	297 179	12 157	4,27%
<b>Total</b>	<b>1 136 965</b>	<b>1 178 659</b>	<b>41 694</b>	<b>3,67%</b>

- c) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias de 2017 a liquidar em 2018.
- d) De acordo com o POCAL a conta 273 serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Apenas os documentos emitidos em 2018 cumprem a definição atrás, os documentos de 2017 devem ser registados em contas a pagar.
- e) Validamos o saldo da conta.





### **3.2.7.2 - Proveitos Diferidos**

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
<b>Orçamento do Estado</b>	2 282 195	1 908 050	-374 145	-16,39%
<b>Subsídios da UE para Investimentos</b>				
FEDER III QCA	338 436	273 122	-65 314	-19,30%
FEDER QREN	9 028 810	9 048 473	19 663	0,22%
FEDER QREN - ENERGAS RENOVÁVEIS	7 503	6 253	-1 251	-16,67%
FEDER FUNDO TURISMO	192 052	190 615	-1 437	-0,75%
FEOGA III QCA	354 049	0	-354 049	-100,00%
<b>Total</b>	<b>12 203 044</b>	<b>11 426 512</b>	<b>-776 532</b>	<b>-6,36%</b>

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) O saldo da conta de Proveitos diferidos está subavaliado em relação ao saldo apresentado no mapa de controlo de subsídios retirado do programa de Património. O saldo está subavaliado em 551.436€. Deve ser analisado e regularizado em 2018.
- e) Por, em nosso entender a questão levantada em d), não ser relevante, validamos os saldos da conta.





### III-FUNDOS PRÓPRIOS

#### 3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Património	198 175 839	198 179 839	4 000	0,00%
Ajustamentos de partes de capital	2 367 789	2 245 708	-122 080	-5,16%
Subsídios	446 915	446 915	0	0,00%
Doações	290 227	290 227	0	0,00%
Resultados Transitados	-81 068 721	-86 567 772	-5 499 051	6,78%
Resultado Líquido do Exercício	-5 345 126	-5 055 629	289 497	-5,42%
<b>Total</b>	<b>114 866 923</b>	<b>109 539 289</b>	<b>-5 327 634</b>	<b>-4,64%</b>

##### 3.2.8.1 - Património

Acréscimo no ano deve-se a acréscimo de bens do domínio público.

##### 3.2.8.2 - Ajustamentos de partes de capital

a) Variação referente a ajustamentos de:

Participadas	Valor €		Ajustamento do ano €
	31/12/2016	31/12/2017	
Lógica	1 885 593	1 726 384	-159 208
Comoiprel	10 444	-21 756	-32 199
Contenda	121 752	102 558	-19 195
Resialentejo	350 000	438 522	88 522
<b>Total Ajustamentos</b>	<b>2 367 789</b>	<b>2 245 708</b>	<b>-122 080</b>

b) Validámos o saldo da conta.

##### 3.2.8.3. - Subsídios

Manteve o valor de 2016.





#### ***3.2.8.4. - Doações***

Manteve o valor de 2016.

#### ***3.2.8.5 - Resultados transitados***

Relativamente a 2016 esta conta teve uma variação negativa de 5.499.051€, que derivam da aplicação de resultados do ano de 2016 (-5.345.126€) e a outros ajustes de exercícios anteriores levadas a esta conta, nomeadamente e conforme referido nos pontos 2.2.e 2.28 do ABDR:

- Reconhecimento de amortizações extraordinárias;
- Anulação de recibos de autoconsumo de água.

#### ***3.2.8.6 - Resultados Líquidos***

Trata-se dos Resultados apurados na DR que foram negativos em 5.055.629€.





### 3.2 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2016	31/12/2017	2016	2017
<b>Custos e Perdas</b>				
CMVMC	1 248 040	1 407 717	6,0%	6,7%
FSE	3 498 724	3 005 788	16,7%	14,4%
Pessoal	6 236 160	6 317 543	29,7%	30,2%
Transferências e Subs. Concedidos	911 361	825 120	4,3%	3,9%
Amortizações do exercício	7 340 759	7 580 975	35,0%	36,2%
Provisões do exercício	165 863	189 132	0,8%	0,9%
Outros Custos e Perdas Operacionais	44 145	63 409	0,2%	0,3%
Custos e Perdas Financeiros	277 172	183 481	1,3%	0,9%
Custos e Perdas Extraordinários	1 251 083	1 356 485	6,0%	6,5%
<b>Total Custos</b>	<b>20 973 308</b>	<b>20 929 650</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Vendas e Prestações de Serviços	1 322 343	1 400 370	8,5%	8,8%
Impostos e Taxas	2 311 581	2 629 927	14,8%	16,6%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	5 000	0,0%	0,0%
Proveitos Suplementares	728 956	560 242	4,7%	3,5%
Transferências e Subs. Obtidos	9 715 016	9 931 150	62,2%	62,6%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos e ganhos Financeiros	60 949	310 153	0,4%	2,0%
Proveitos e ganhos Extraordinários	1 489 337	1 037 178	9,5%	6,5%
<b>Total Proveitos</b>	<b>15 628 182</b>	<b>15 874 021</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultados</b>	<b>-5 345 126</b>	<b>-5 055 629</b>		





### 3.4 Notas à Demonstração de Resultados

#### 3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rúbricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
  - Proposta de aquisição de serviço;
  - Cabimento;
  - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
  - Adjudicação;
  - Compromisso;
  - Requisição/nota de encomenda;
  - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
  - Autorização do pagamento;
  - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

##### *3.4.1.1 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas*

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 43% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
  - Materiais diversos, e,
  - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.
- d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Existências Iniciais	400 309	378 085	-22 224	-5,55%
Compras +- Reg. Existências	1 225 816	1 354 836	129 020	10,53%
Existências Finais	378 085	325 205	-52 880	-13,99%
<b>CMVMC</b>	<b>1 248 040</b>	<b>1 407 717</b>	<b>159 676</b>	<b>12,79%</b>

- e) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

#### 3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2016 para 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Subcontratos	970 770	786 309	-184 461	-19,00%
EletRICIDADE	314 865	471 501	156 636	49,75%
Combustíveis	7 886	9 166	1 280	16,23%
Rendas e Alugueres	62 191	52 401	-9 790	-15,74%
Comunicação	160 066	157 694	-2 371	-1,48%
Seguros	130 788	61 238	-69 550	-53,18%
Honorários	153 222	33 267	-119 955	-78,29%
Conservação e reparação	165 312	123 522	-41 790	-25,28%
Publicidade e Propaganda	29 001	33 903	4 902	16,90%
Limpeza Higiene e Conforto	138 247	112 580	-25 667	-18,57%
Vigilância e Segurança	39 833	66 268	26 435	66,36%
Trabalhos Especializados	111 150	135 193	24 043	21,63%
Restantes	1 215 393	962 744	-252 649	-20,79%
<b>Total</b>	<b>3 498 724</b>	<b>3 005 788</b>	<b>-492 936</b>	<b>-14,09%</b>

- b) Diminuíram, no seu conjunto, relativamente a 2016, cerca de 14%, com especial incidência nas rubricas:
- i) Subcontratos, com uma diminuição de 19%;
  - ii) Honorários, diminuiu 78,29%;
  - iii) Seguros, diminuição de 53,18%;
  - iv) Restantes rubricas, diminuiu 20,79%.
  - v) Subida da EletRICIDADE em 49,75%.
- c) Analisámos os movimentos na conta (63% do movimento do ano), tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.
- d) Os custos referentes a taxas devem ser reconhecidos na conta 65.





- e) Deve ser definido o que deve ser reconhecido em FSE, com suporte em fatura com discriminação do serviço, ou em transferências corrente em conformidade com protocolo em vigor e suportado pelo mesmo.
- f) Validamos o saldo da conta.

#### **3.4.1.3 - Custos com Pessoal**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2016 para 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	224 847	224 698	-148	-0,07%
Remunerações ao Pessoal	4 535 224	4 703 940	168 716	3,72%
Pensões	8 214	23 927	15 714	191,31%
Encargos sobre remunerações	1 102 881	1 067 803	-35 079	-3,18%
Seguros acid. trabalho e doenças profissionais	0	58 105	58 105	-
Outros custos com o pessoal	364 995	239 070	-125 925	-34,50%
<b>Total</b>	<b>6 236 160</b>	<b>6 317 543</b>	<b>81 383</b>	<b>1,31%</b>

- b) Tiveram um acréscimo de cerca de 1% relativamente a 2016.

- c) Validamos os saldos da conta.

#### **3.4.1.4 - Transferências e Subsídios Concedidos**

- a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Instituições sem fins lucrativos. Aumentaram, relativamente a 2016, em 9,46%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Administração Autárquica	102 327	92 399	-9 929	-9,70%
Instituições sem fins lucrativos	588 331	469 510	-118 821	-20,20%
Famílias	30 695	147 048	116 353	379,06%
Assembleias distritais	31 068	10 918	-20 150	-64,86%
Outros	20 609	17 745	-2 864	-13,90%
Subsídios correntes concedidos	125 000	87 500	-37 500	-30,00%
Apoios Sociais por Serviços Municipais	13 331	0	-13 331	-100,00%
<b>Total</b>	<b>911 361</b>	<b>825 120</b>	<b>-86 241</b>	<b>-9,46%</b>

- b) Testámos cerca de 72% do movimento do ano, concluindo que não existem ajustamento a propor.





N

- c) No final validamos os custos apresentados na rubrica.

#### **3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais**

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos e taxas	42 195	63 409	21 214	50,28%
Outros	1 950	0	-1 950	-100,00%
<b>Total</b>	<b>44 145</b>	<b>63 409</b>	<b>19 264</b>	<b>43,64%</b>

- b) Tiveram um aumento de cerca de 43,64% em 2017.  
 c) Verificámos 22% dos movimentos do ano, não tendo detetado anomalias.  
 d) Validámos o valor da conta.

#### **3.4.1.6 - Amortizações**

- a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma não se distancia dos valores assumidos relativamente a 2016.  
 b) O seu valor é constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Bens do Domínio Público	6 410 812	6 701 766	290 954	4,54%
Imobilizações Incorpóreas	95 837	35 781	-60 057	-62,67%
Imobilizações Corpóreas	834 110	843 428	9 318	1,12%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>7 340 759</b>	<b>7 580 975</b>	<b>240 216</b>	<b>3,27%</b>

- c) Validamos o saldo da conta.

#### **3.4.1.7 - Provisões**

- a) Foram criadas provisões no ano para cobrança duvidosa e para depreciação de existências conforme quadro abaixo:





X

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	165 863	106 762	-59 102	-35,63%
Para depreciação de existências	0	82 370	82 370	-
<b>Total</b>	<b>165 863</b>	<b>189 132</b>	<b>23 268</b>	<b>14,03%</b>

- b) De acordo com informação do advogado do Município não foi reforçada a provisão para processos judiciais em curso.
- c) Validámos o saldo da conta.

#### **3.4.1.8 - Custos e perdas financeiras**

- a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros suportados	96 439	67 478	-28 961	-30,03%
Amortizações de investimentos em imóveis	165 626	98 027	-67 600	-40,81%
Outros	15 107	17 977	2 870	18,99%
<b>Total</b>	<b>277 172</b>	<b>183 481</b>	<b>-93 691</b>	<b>-33,80%</b>

- d) Verificou-se um decréscimo, no conjunto destes custos, de 2016 para 2017 de 93.691€.
- e) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2016.
- f) Efetuámos a verificação de uma amostra aleatória de cerca de 34% dos lançamentos efetuados.
- g) Validámos os movimentos da conta.

#### **3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários**

- a) Esta conta agrupa as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	748 701	949 062	200 361	26,76%
Dívidas incobráveis	1 077	6 888	5 812	539,82%
Perdas em existências	20 506	24 366	3 859	18,82%
Perdas em imobilizações	382 845	91 681	-291 164	-76,05%
Multas e penalidades	8 529	10 920	2 391	28,03%
Aumentos de amortizações e de provisões	0	2 106	2 106	-





Y

Correções relativas a exercícios anteriores	89 344	267 247	177 902	199,12%
Outros	80	4 215	4 135	5169,01%
<b>Total</b>	<b>1 251 083</b>	<b>1 356 485</b>	<b>105 403</b>	<b>8,42%</b>

- b) Testámos cerca de 63% do movimento do ano, não existindo ajustamento a propor.
- c) Validámos o saldo da conta.

### 3.4.2 Proveitos

#### 3.4.2.1 – Vendas e Prestações de serviços

- a) Relativamente a 2016, existe um aumento de cerca de 6%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 78.027€.
- b) Contempla as Vendas e Prestações de Serviços de:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
<b>Vendas</b>				
Mercadorias - Água	500 417	587 470	87 053	17,40%
Eletro	52 609	1 845	-50 764	-96,49%
Livros e Documentação Técnica	605	923	318	52,51%
Restituições	-1 912	-369	1 543	-80,70%
<b>Prestação de Serviços</b>				
Saneamento	275 344	329 942	54 598	19,83%
Resíduos Sólidos	281 589	295 989	14 400	5,11%
Transporte de pessoas e mercadorias	33 219	18 039	-15 179	-45,69%
Trabalho conta particulares	29 663	25 842	-3 821	-12,88%
Cemitérios	10 110	7 810	-2 299	-22,74%
Mercados e feiras	40 377	44 152	3 775	9,35%
Parques de Estacionamento	7 110	6 729	-380	-5,35%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais, Desp	81 483	70 690	-10 793	-13,25%
Aluguer de espaços e de equipamentos	3 082	2 734	-348	-11,30%
Vistorias e ensaios	3 254	5 112	1 858	57,10%
Outros Serviços	6 426	6 193	-233	-3,63%
Restituições	-1 032	-1 221	-188	18,25%
Anulações	0	-1 511	-1 511	-
<b>Total</b>	<b>1 322 343</b>	<b>1 400 370</b>	<b>78 027</b>	<b>5,90%</b>

- c) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.
- d) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.





### 3.4.2.2- Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
<b>Impostos</b>				
IMI	806 009	1 561 039	755 030	93,68%
Imposto Circulação	250 410	263 432	13 023	5,20%
IMT	885 659	345 009	-540 650	-61,04%
Derrama	340 213	396 788	56 574	16,63%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>19 411</b>	<b>13 494</b>	<b>-5 917</b>	<b>-30,48%</b>
<b>Total</b>	<b>2 301 702</b>	<b>2 579 762</b>	<b>278 060</b>	<b>12,08%</b>
<b>Taxas</b>				
Mercados e Feiras	4 599	4 419	-180	-3,91%
Loteamentos e Obras	18 658	20 564	1 906	10,22%
Ocupação da via pública	3 983	3 689	-294	-7,38%
Outras	3 821	28 427	24 606	644,04%
<b>Total</b>	<b>31 061</b>	<b>57 099</b>	<b>26 038</b>	<b>83,83%</b>
Reembolsos e restituições	-21 181	-6 929	14 252	-67,29%
Anulações	0	-4	-4	-
<b>Total</b>	<b>2 311 581</b>	<b>2 629 927</b>	<b>318 346</b>	<b>13,77%</b>

- b) Verificaram-se baixas relativamente a 2016:

- no IMT 61%,
- Impostos indiretos 30%,
- e subidas em:
- No IMI 94%,
- Nas Taxas 84%,
- na Derrama 17%.

- c) Tal como referido atrás, foi acrescido o IMI a cobrar em 2018 referente a 2017 no valor de 695.800€, de acordo com nota 1.6 do Anexo.
- d) No cômputo geral, a rubrica teve um acréscimo de cerca de 14%, relativamente a 2016.
- e) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- f) No final validámos os saldos.





W

### **3.4.2.3 - Proveitos Suplementares**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Não especificados inerentes valor acrescentado	7 774	0	-7 774	-100,00%
Outros Proveitos Suplementares	721 182	560 242	-160 940	-22,32%
<b>Total</b>	<b>728 956</b>	<b>560 242</b>	<b>-168 714</b>	<b>-23,14%</b>

- b) Analisámos os movimentos e validámos o saldo da conta.
- c) Validámos o saldo da conta.

### **3.4.2.4 - Transferências e Subsídios Obtidos**

- a) São contabilizados nesta conta:

- i) As transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 - Subsídios para investimentos.
- ii) Os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
FEF corrente	7 912 276	8 174 845	262 570	3,32%
Fundo Social Municipal	320 912	320 912	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	200 387	188 386	-12 001	-5,99%
Outras Transferências Correntes OE	251 989	245 437	-6 551	-2,60%
Transferências de capital	879 135	908 316	29 181	3,32%
Fundos e Serviços Autónomos	110 660	44 974	-65 686	-59,36%
Exterior	39 658	48 280	8 622	21,74%
<b>Total</b>	<b>9 715 016</b>	<b>9 931 150</b>	<b>216 134</b>	<b>2,22%</b>

- c) No cômputo geral, tiveram um acréscimo em 2017, relativamente a 2016, de 2,22% (216.134€).
- d) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.





### **3.4.2.5 - Trabalhos para a própria entidade**

Durante o ano de 2017 foram apenas reconhecidos 5.000€ de trabalhos para a entidade. No entanto, e de acordo com nota 4 do anexo, o Município considera necessário melhorar a qualidade proveniente da contabilidade de custos. Por esse motivo os proveitos poderão estar subavaliadas.

### **3.4.2.6 - Proveitos e Ganhos Financeiros**

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros Obtidos	3 871	482	-3 389	-87,54%
Rendimentos de imóveis	52 638	232 037	179 399	340,82%
Rendimentos de participações de capital	4 440	77 634	73 194	1648,70%
<b>Total</b>	<b>60 949</b>	<b>310 153</b>	<b>249 205</b>	<b>408,88%</b>

- b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

### **3.4.2.7 - Proveitos Extraordinários**

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Ganhos em Existências	4 885	22 852	17 966	367,76%
Ganhos em imobilizações	301 578	15 308	-286 270	-94,92%
Benefícios de penalidades contratualas	44 693	4 041	-40 652	-90,96%
Reduções de amortizações e provisões	44 635	3 203	-41 432	-92,82%
Correções relativas a exercícios anteriores	248 725	7 620	-241 105	-96,94%
Outros	844 820	984 154	139 334	16,49%
<b>Total</b>	<b>1 489 337</b>	<b>1 037 178</b>	<b>-452 159</b>	<b>-30,36%</b>

- b) Os outros devem-se essencialmente a transferências da Capital.
- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.





/

## 4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2017)							Montante em excesso	Margem	Variação da dívida de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro (%)	Variação do excesso de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM						
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-([(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1))	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=([(7)+(10)]-(16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16))	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21)=(10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]	
7 807 648	104 398	7 912 045	91 252	428 385	7 392 409		11 557 070	-11,19%		3 056 718	

- a) O quadro transscrito acima reflete a situação do município em 31/12/2017, conforme relatórios da DGAL, que cumpre o limite de dívida total, tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- b) Relativamente ao final de 2016, a dívida diminuiu 11,19%.
- c) A margem disponível por utilizar é de 3.056.718€.





## 5. CONTROLO ORÇAMENTAL

### 5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores bem como de compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2017 aprovado em Assembleia Municipal, que se apresentava como se segue:

Tipo	Montante (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	13.971.677	14.800.855
Capital	6.531.813	5.702.635
<b>Total</b>	<b>20.503.490</b>	<b>20.503.490</b>

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	13.102.427	13.606.555
Capital	5.339.363	3.584.335
Reposições		20.000
Saldo gerência		1.230.900
<b>Total</b>	<b>18.441.790</b>	<b>18.441.790</b>

5. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial, um decréscimo da despesa e da receita de 10%, mas sentido ao nível das despesas de capital que tiveram um decréscimo de 18,2%.

6. Verificámos cerca de 68% da despesa paga no ano e cerca de 85% da receita cobrada.





## 5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2016.

2. Em termos de rácios optámos por analisar comparativamente a 2016 os seguintes:

Rácios	31/12/2016	31/12/2017
Peso da Receita Própria na Receita Total	14,44%	13,21%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	111,99%	112,41%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	74,75%	72,24%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	25,25%	27,76%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	51,81%	54,45%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	33,78%	38,42%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	5,58%	7,35%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	42,22%	43,50%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

- a. O **peso da receita própria na receita total** mantém-se baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) depende em muito das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O peso relativo das receitas próprias diminuíram de 14,44% em 2016 para 13,21% em 2017.
- b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente. No ano de 2017 o nível de cobertura foi de 112,41%. Em 2016 havia sido de 111,99%.
- c. O **peso da despesa corrente na despesa total**, em 2017 (72,24%) diminuiu relativamente ao ano de 2016 (74,75%).
- d. Cenário contrário verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total**, que de 25,25% em 2016 aumentou para 27,76% em 2017.
- e. O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** aumentou de 51,81% em 2016 para 54,45% em 2017. Em termos absolutos este tipo de despesas subiu 183.718€ (3%).
- f. As **despesas de capital** equivaleram em 2017 a 38,42% das despesas correntes, situando-se ligeiramente acima dos 33,78% de 2016.
- g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) **na despesa total** teve um aumento de 5,58% para 7,35%.
- h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um acréscimo de 42,22% em 2016 para 43,5% em 2017.





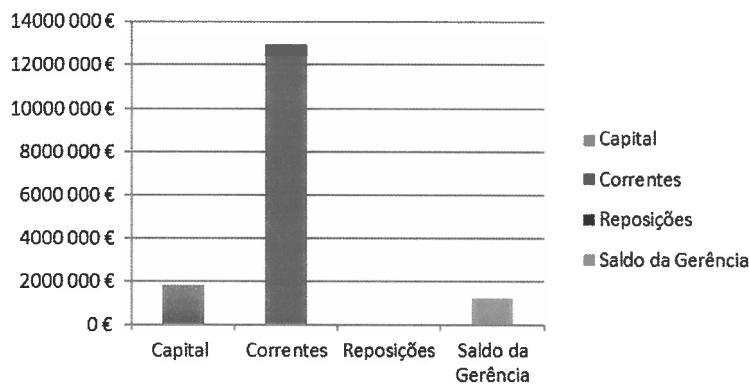
## 5.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

### 5.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2017:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Liquida	Estrutura	por cobrar final ano	Mapas da Receita 2017 (€)	
							2016	2017
Capital	3 584 335	19,44%	158 459	1 837 662	11,42%	91 959	78,50%	51,27%
Correntes	13 606 555	73,78%	771 354	13 010 311	80,88%	990 398	93,91%	95,62%
Reposições	20 000	0,11%	69	7 098	0,04%	69	130,29%	35,49%
Saldo da Gerência	1 230 900	6,67%	0	1 230 900	7,65%	0	100,00%	100,00%
<b>Total</b>	<b>18 441 790</b>	<b>100,00%</b>	<b>929 882</b>	<b>16 085 972</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 082 425</b>	<b>91,22%</b>	<b>87,23%</b>

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas, 51,27% das de capital e 95,62% das correntes, sendo que a execução global da receita de 87,23%.
3. Se comparada a execução da receita com a de 2016, verifica-se que a execução global passou de 91,22% em 2016 para 87,23%, em 2017, o que se traduz num decréscimo de 4,38%.
4. Graficamente, a execução da receita, apresenta-se do seguinte modo:



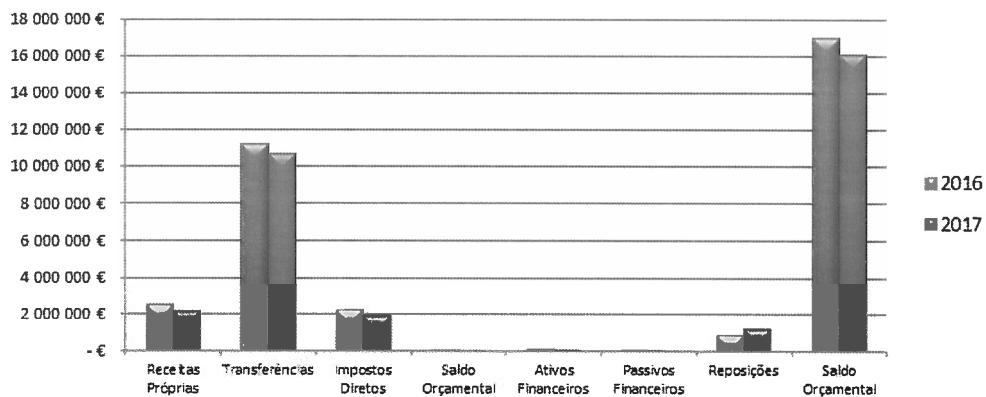


M

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2016 e de 2017 apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	Estrutura da Receita Municipal		Variação	
	2016	2017	Real (€)	%
Receitas Próprias	2 458 827	2 125 197	-333 630	-13,57%
Transferências	11 254 646	10 720 073	-534 573	-4,75%
Impostos Diretos	2 237 757	1 895 754	-342 003	-15,28%
Ativos Financeiros	1 219	1 950	731	59,97%
Passivos Financeiros	150 000	105 000	-45 000	-30,00%
Repositões	32 573	7 098	-25 474	-78,21%
Saldo Orçamental	887 450	1 230 900	343 450	38,70%
<b>Total</b>	<b>17 022 471</b>	<b>16 085 972</b>	<b>-936 499</b>	<b>-5,50%</b>

6. O que graficamente se apresenta como se segue:



7. Continua a verificar-se, a par dos impostos diretos (decréscimo de 15,28%) e das receitas próprias (decréscimo de 13,57%), um forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2016, 66,12% do total e, em 2017, 66,64%.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 5,21% em 2016 e 7,65% em 2017.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2017 teve um comportamento inferior ao do ano de 2016 (87,23% em 2017 contra 91,22% em 2016).

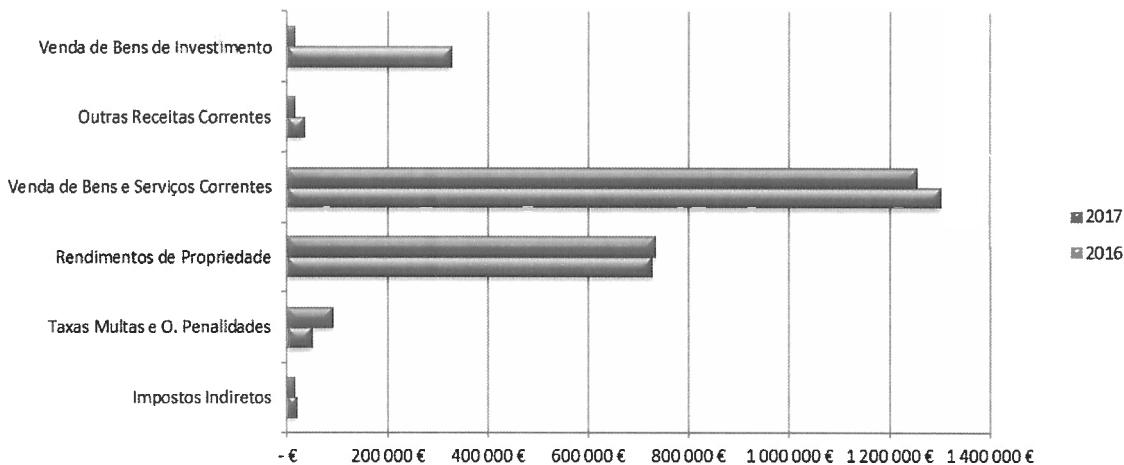




10. Quanto às receitas próprias apresentaram o seguinte grau de execução nos anos de 2016 e de 2017:

Rubricas	RECEITAS PRÓPRIAS		Variação	
	2016	2017	Real (€)	%
Imposto Indiretos	19 411	15 532	-3 879	-19,99%
Taxas Multas e O. Penalidades	50 348	91 308	40 960	81,35%
Rendimentos de Propriedade	727 088	733 588	6 500	0,89%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 301 171	1 254 550	-46 620	-3,58%
Outras Receitas Correntes	33 671	15 218	-18 453	-54,80%
Venda de Bens de Investimento	327 138	15 000	-312 138	-95,41%
<b>Total</b>	<b>2 458 827</b>	<b>2 125 197</b>	<b>-333 630</b>	<b>-13,57%</b>

11. O que graficamente se traduz em:





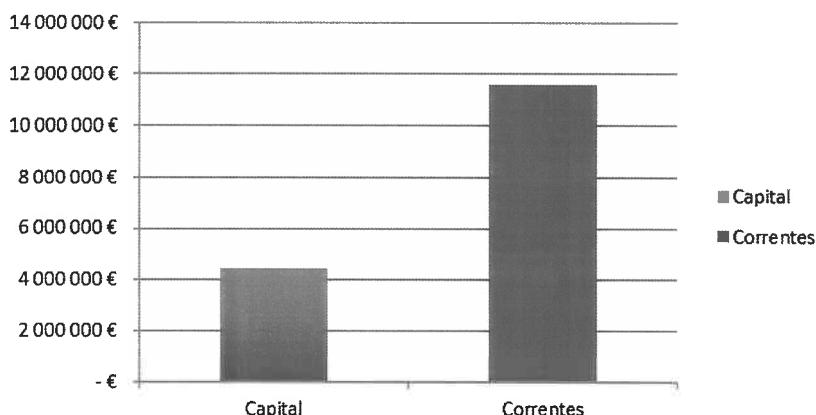
X

### 5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2016 e de 2017:

Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Mapas da Despesa 2017 (€)	
							2016	2017
Capital	5 339 363	28,95%	13 731 415	4 446 745	27,76%	693 379	76,96%	83,28%
Correntes	13 102 427	71,05%	21 261 232	11 574 414	72,24%	1 085 553	87,64%	88,34%
<b>Total</b>	<b>18 441 790</b>	<b>100,00%</b>	<b>34 992 647</b>	<b>16 021 159</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 778 931</b>	<b>84,67%</b>	<b>86,87%</b>

2. O que graficamente, e para o ano de 2017, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 86,87% em 2017, acima da execução de 2016 que foi de 84,67%. A despesa líquida de capital paga foi de 83,28% da dotação para o ano. Em 2016 havia sido de 76,96%.



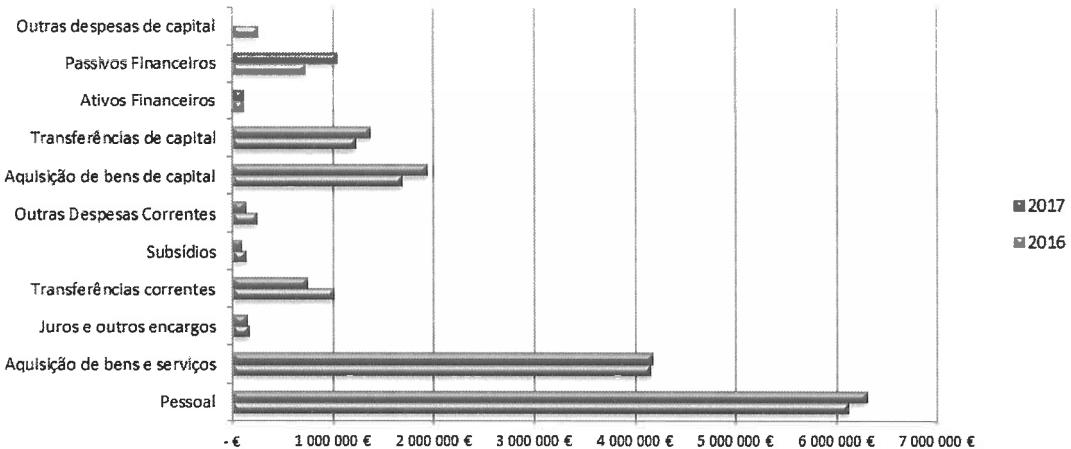


/

4. A estrutura da Despesa Municipal em 2016 e em 2017 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	Estrutura da Despesa Municipal		Variação	
	2016	2017	Real (€)	%
Pessoal	6 119 019	6 302 737	183 718	3,00%
Aquisição de bens e serviços	4 155 835	4 175 997	20 163	0,49%
Juros e outros encargos	160 067	140 792	-19 275	-12,04%
Transferências correntes	1 003 551	739 594	-263 957	-26,30%
Subsídios	132 500	87 500	-45 000	-33,96%
Outras Despesas Correntes	239 480	127 704	-111 776	-46,67%
<b>Total</b>	<b>11 810 452</b>	<b>11 574 324</b>	<b>-236 127</b>	<b>-2,00%</b>
Aquisição de bens de capital	1 684 116	1 934 524	250 408	14,87%
Transferências de capital	1 224 169	1 367 758	143 589	11,73%
Ativos Financeiros	107 097	107 097	0	0,00%
Passivos Financeiros	722 124	1 037 366	315 242	43,65%
Outras despesas de capital	251 817	0	-251 817	-100,00%
<b>Total</b>	<b>3 989 324</b>	<b>4 446 745</b>	<b>457 421</b>	<b>11,47%</b>
<b>Total</b>	<b>15 799 775</b>	<b>16 021 069</b>	<b>221 294</b>	<b>1,40%</b>

5. O que, graficamente se traduz em:



6. Relativamente a 2016:

- As despesas com Pessoal subiram 3%,
- A aquisição de bens e serviços subiu 0,49%,
- Os juros e outros encargos desceram 12%,
- As transferências correntes desceram 26,3%,
- As aquisições de bens de capital aumentaram 14,87%,
- As transferências de capital aumentaram 11,73%,
- Os passivos financeiros aumentaram cerca de 44%,





W

7. Continua a ser forte o peso das despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam 39,34% do total em 2017, contra 38,73% em 2016. Em termos reais tiveram um acréscimo de 183.718€.
8. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2016, 26,3% do total das despesas. Em 2017, situaram-se em 26,07%.
9. Os juros e outros encargos diminuíram, passando de 1,01% em 2016 da despesa total para 0,88% em 2017.
10. As transferências correntes pagas baixaram de 6,35% do total da despesa em 2016 para 4,62% em 2017.
11. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas totais de 10,66% do total das despesas pagas em 2016, para 12,07% em 2017.
12. Os passivos financeiros pagos subiram o seu peso relativo na despesa total (4,57% em 2016 contra 6,48% em 2017).





## 5.4 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2017, é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Plano Plurianual de Investimentos 2017 (€)					
	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Promover o Investimento e o Emprego	3 010	6 500	0	0	0,00%	0,00%
Promover a ação social e reforçar a proximidade	85 792	58 000	18 348	35 478	41,35%	33,20%
Melhorar as localidades e promover suas potencialidades	1 422 232	1 764 750	1 330 547	1 067 795	75,08%	53,09%
Modernização e capacitação dos serviços	811 792	4 384 055	247 567	541 060	66,65%	14,49%
Proteção Civil	2 000	106 000	46 723	0	0,00%	30,20%
Capitalizações do IMI - LOE	107 100	107 100	214 194	107 087	99,99%	75,00%
Promover o desenvolvimento económico - Termalismo	1 517	7 000	490	0	0,00%	5,44%
Melhor Ambiente mais qualidade de vida	3 302	25 000	1 922 316	2 088	63,24%	98,66%
Promover o desenvolvimento económico - Infra. Apoio AE	2 103	12 000	598 158	0	0,00%	97,70%
Din. a acti. cultural, desp. e mov. associativos	684	1 500	1 016 199	0	0,00%	99,79%
Melhorar as acessibilidades e mobilidades	145 771	108 000	240 787	138 390	94,94%	76,67%
Preservar o património e reforçar equip.	77 873	1 443 500	268 587	71 161	91,38%	18,98%
Modernizar e qualificar os serviços municipais	25 100	11 000	32 335	23 921	95,30%	82,20%
Estrutura municipal	68 517	170 000	675 500	57 632	84,11%	80,21%
<b>Total</b>	<b>2 756 793</b>	<b>8 204 405</b>	<b>6 611 750</b>	<b>2 044 611</b>	<b>74,17%</b>	<b>49,26%</b>

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2017 representa 74,17% do total previsto para o ano.

3. As rubricas que mostraram maior índice de execução no ano são:

- a. As da Capitalização do IMI - LOE (99,99%),
- b. Modernizar e qualificar os serviços municipais (95,3%),
- c. Melhorar as acessibilidades e mobilidades (94,94%),
- d. Preservar o património e reforçar equip. (91,38%),
- e. Estrutura Municipal (84,11%).

4. O nível de execução Global do PPI está nos 49,26% em finais de 2017.





## 6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

*"2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo"*

*"4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente á divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo."*

E no artigo 83º:

*"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente á divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."*

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 801.532€, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no final do período	Dívida no final do período 31/12/2013	Amort media empréstimos
					Contratado	Utilizado			
0519/000022/587/0019	2/7/1998	240	20	5	397 996	397 996	19 900	126 032	25 206
0519000023/387/0019	25/11/1998	300	25	11	143 364	143 364	31 988	53 236	4 840
0519/000026/887/0019	10/11/1999	240	20	7	748 497	748 497	109 157	326 999	46 714
40056139507	15/11/2000	300	25	13	1 496 394	756 112	164 925	384 125	29 548
56043117079	15/11/2000	240	20	8	934 911	934 911	389 991	694 248	86 781
5902298977828	4/4/2001	204	17	5	1 246 995	685 191	169 223	319 643	63 929
9015/000321/087/0019	18/9/2001	240	20	8	1 246 995	1 246 995	317 470	628 185	78 523
300/03	10/10/2003	120	10	10	1 040 000	1 034 123	436 025	648 529	64 853
770018313	23/6/2006	204	17	10	1 344 100	1 344 100	711 582	1 027 841	102 784
2221963830003	16/12/2009	240	20	17	4 640 000	1 950 000	1 433 824	1 892 647	111 332
02-0141-001135	30/12/2011	96	8	7	154 202	154 202	38 088	154 202	22 029
04-0254-000642	30/12/2011	144	12	11	779 454	779 454	533 128	779 454	70 859
003200495295140	18/7/2014	120	10		184 000	184 000	146 464		18 400
003200495295160	18/7/2014	180	15		806 000	806 000	399 902		53 733
003200495396060	23/8/2016	120	10		150 000	150 000	150 000		15 000
003200495396090	23/8/2016	180	15		295 000	105 000	105 000		7 000
9015/008587/691	11/1/2017	42	4		1 500 000	0	0		0
Total					17 107 908	11 419 945	5 156 667		801 532





3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2017	
Receita corrente bruta Cobrada	13 018 959
Despesa corrente paga	11 574 414
Amortização emp̄s ML Prazo	801 532
Total	12 375 946
Excedente	643 013

4. O Município está em equilíbrio orçamental.

## 7. CONTROLO INTERNO

1. O Controlo Interno estava desajustado relativamente à atual organização do Município. No entanto, foi revisto e ajustado à atual estrutura em dezembro de 2016 fazendo parte dos instrumentos de prestação de contas de 2016.

2. O mesmo era para entrar em vigor em 2017.

3. Em 2017 mantinha as características vindas de anos anteriores. Assim, mantém-se o nosso entendimento que:

### 7.1 Funcionamento

O seu funcionamento continua muito limitado. De uma forma genérica, carece de atualização e a sua aplicação deve ser implementada de forma clara. Assim:

#### 7.1.1 Quanto aos procedimentos administrativos:

- A correspondência avençada deve ter carimbo de conferida e ser assinada por quem a vistoria.
- Todos os documentos em papel devem ser registados e assinados por quem os emite.
- Os relatórios sobre diversos assuntos, com mais do que uma página, devem conter, em cada uma delas, a identificação do serviço, a data e o assunto, bem como assinatura.





- Deve ser assegurada a confidencialidade dos documentos internos em suporte informático.
- Existindo no âmbito do *software* utilizado pelo Município aplicações que permitem o circuito, tratamento e arquivo digital do Município, este deve encarar a introdução desses procedimentos com o objetivo de facilitar e melhorar o conjunto dos procedimentos administrativos.

#### **7.1.2 Quanto à gestão dos Recursos Humanos:**

- Do processo individual dos trabalhadores devem constar as atas do concurso, quando tal se aplica.
- Da ficha do trabalhador deve constar o vencimento e a sua evolução.
- Os recibos de vencimento deveriam ser assinados.

#### **7.1.3 Quanto à gestão financeira, patrimonial e de custos:**

Devem ser inventariados, com rigor, todos os direitos e obrigações do Município.

#### **7.1.4 Quanto às dívidas de e a terceiros:**

Devem ser implementados procedimentos de reconciliação periódica das contas de terceiros.

Desta reconciliação deve passar a existir a produção de relatório que evidencie a sua realização.

#### **7.1.5 Quanto ao Imobilizado:**

- Devem inventariar-se todos os bens cuja posse seja do Município e proceder-se ao registo de todos os não registados. De entre estes, pela sua dimensão e valor, assume prioridade o inventário do espólio existente na biblioteca.
- Mantém-se a necessidade de rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate e deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
- Deve existir cadastro permanente e atualizado dos bens que carecem de registo, e em caso de falta do mesmo, relatório que justifique a sua falta.



#### 7.1.6 Quanto aos Acréscimos e Diferimentos:

Devem ser implementados procedimentos para que a atribuição de subsídios sejam afetos ao bem a que respeitam e para que passem para proveitos, numa forma consistente, à medida que os bens a que estão afetos sejam amortizados.

### 7.2 Outros aspetos a ter em conta

- Devem ser implementados procedimentos de atualização anual dos valores porque os ativos do Município estão seguros, e proceder ao seguro de todos eles. Constatase que, mesmo ao nível dos Imóveis, com ou sem registo em nome do Município, existem bens não seguros.
- As fichas do imobilizado devem ser completadas com a informação das apólices de seguros.

## 8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

## 9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

## 10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.





## 11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contem 1 Reserva.

### 11.1 Reservas

Ficam a dever-se aos factos que considerámos afetarem de forma significativa as demonstrações financeiras, impedindo, juntamente com as limitações de âmbito, que elas dêem uma imagem verdadeira e apropriada das contas do Município.

São factos constantes de pontos deste relatório e tem a ver com:

- a) A adoção em 2002 do POCAL levou a que o Município procedesse à identificação e valorização dos seus ativos e passivos. Porque não foi possível inventariar todos os bens de domínio público ao tempo existentes, e apesar dos esforços do Município para que todos os bens possam vir a estar inventariados, com destaque para a rede em baixa concessionada à EDP, o facto é que até à data tal ainda se não verifica. Nesta conformidade, o Património e o Balanço estão afectados negativamente por não estarem ainda totalmente inventariados diversos bens públicos, nomeadamente, arruamentos, benfeitorias e outros. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, nem as respetivas amortizações a eles associadas, não nos foi possível quantificar o valor líquido de tais bens.

### 11.2 Ênfases

Sem ênfases.

### 11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2018 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.



**Imobilizado Corpóreo e Bens de Domínio Público**

- a) Mantém-se a necessidade de rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate e deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
- b) Existem divergências entre os mapas de amortizações e o saldo da contabilidade. O imobilizado bruto é inferior em 140.524€, amortizações do exercício inferiores em 209.206€ e amortizações acumuladas inferiores em 147.530€. O saldo da contabilidade estará correto, deve ser analisada e corrigida esta divergência em 2018.
- c) O imobilizado em curso referente aos projetos de iluminação (pátio dos rolins e muralhas modernas de moura) deve ser analisados em 2018 por forma a aferir se o imobilizado corpóreo a que diz respeito não foi já reconhecido como firme.
- d) Existem bens nos mapas de amortizações, adquiridos em 2017, que não foram amortizados. Deve ser referido no anexo o motivo para a sua não amortização tendo em conta o definido no CIBE no que às amortizações por duodécimos diz respeito.

**Investimento Financeiro**

Relevam para a dívida do Município cerca de 180.000€ por forças das participadas.

**Outros Devedores**

Em 2018 deve ser analisada a divergência com a Junta de Freguesia da Amareleja, bem como com a Cimbal e a EB integrada da Amareleja, por forma a acertar os saldos.

**Acréscimos de Proveitos**

Foi acrescido o IMI a cobrar em 2018 referente a 2017 no valor de 695.800€, de acordo com nota 1.6 do Anexo. No entanto o IMI cobrado em 2017 deveria ter transitado para a conta 59, uma vez que diz respeito ao exercício de 2016.

**Dívidas a Instituições Financeiras**

O acréscimo de juros a liquidar em 2018 está subavaliado em 7.570€.





### Fornecedores

- a) O saldo de faturas em recepção e conferência deve ser analisado em 2018 por forma a que não seja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.
- b) Existem pagamentos em atraso. No entanto verificou-se uma redução de 47% relativamente ao saldo que existia em setembro de 2016, sendo o seu valor em 31/12/2017 de 70.987€.

### Estado e O. Entes Públicos

Quanto ao saldo da Segurança Social, mensalmente é reconhecido um valor superior correspondente à parte do trabalhador. Deste modo o gasto de encargos com a segurança social está sobreavaliado em cerca de 75.000€.

### Acréscimos de Custos

De acordo com o POCAL a conta 273 serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Apenas os documentos emitidos em 2018 cumprem a definição atrás, os documentos de 2017 devem ser registados em contas a pagar.

### Proveitos Diferidos

O saldo da conta de Proveitos diferidos está subavaliado em relação ao saldo apresentado no mapa de controlo de subsídios retirado do programa de Património. O saldo está subavaliado em 551.436€. Deve ser analisado e regularizado em 2018.

### Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Os custos referentes a taxas devem ser reconhecidos na conta 65.
- b) Deve ser definido o que deve ser reconhecido em FSE, com suporte em fatura com discriminação do serviço, ou em transferências corrente em conformidade com protocolo em vigor e suportado pelo mesmo.

### Trabalhos para a própria entidade

Durante o ano de 2017 foram apenas reconhecidos 5.000€ de trabalhos para a entidade. No entanto, e de acordo com nota 4 do anexo, o Município considera necessário melhorar a



qualidade proveniente da contabilidade de custos. Por esse motivo os proveitos poderão estar subavaliados.

## **12. AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 18 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda  
Representada por  
Dr. Luís Guerra Marques-ROC nº 620